Exame nacional divide universitários de SP

Pesquisa do InformEstado mostra que 49% reprovam o teste contra 43% que o aprovam

ROSA BASTOS

s estudantes do último ano de direito, engenharia, medicina e outros cursos da área de saúde de universidades públicas e privadas são contra a medida provisória do Ministério da Educação (MEC) que torna obrigatória para todos os formandos, já a partir deste ano, a realização de um exame de final de curso, em nível nacional. A diferença, porém, é pequena: pesquisa do InformEstado feita com 258 graduandos, mostrou que 49% são contrários ao exame, 43% são a favor e 8% não souberam opinar.

O InformEstado fez a pesquisa entre alunos que prestarão o exame este ano. Na área de engenharia foram ouvidos 60 estudantes divididos entre as universidades Mackenzie e Paulista (Unip); na área de direito, 90 da Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC), das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e da Universidade de São Paulo (USP); na área da medicina, 60 da USP e da Universidade Federal de São Paulo (antiga Escola Paulista de Medicina); por fim, nas outras áreas de saúde (farmácia, odontologia e enfermagem) foram entrevistados 48 alunos. No total foram ouvidos 258 estudantes. Entre todos, os de direito são os mais claramente contrários à medida: 59%.

A maioria dos alunos — 62% — é contra a inclusão da nota no histórico escolar. Quem se posiciona ainda mais contra a idéia é o pessoal do curso de direito: 72%. Os alunos de escolas particulares — 72% — discordam mais do exame que os da rede pública: 53%. "Isso pode revelar a preocupação desses estudantes de não estarem na escola mais categorizada", supõe a socióloga Eliana Ferreira de Assis, coordenadora de pesquisa do InformEstado.

Quanto à importância da nota no momento em que as empresas forem selecionar um profissional, 40% acham que vai ser um critério muito importante, 36% consideram essa importância relativa e 20% acreditam que essa nota não terá peso algum. A maioria — 53% — acha que os estudantes deveriam se manifestar contra ou a favor da medida. Os alunos não concordam em ter de pagar taxa para fazer o exame: 79% acham que o custo da prova deve ser de responsabilidade do governo.

Para 71% dos entrevistados, o principal objetivo do governo com essa medida é avaliar e selecionar as melhores faculdades. Nesse quesito, os estudantes podiam dar mais de uma resposta e 64% deles acham que a intenção é selecionar os mais competentes para o mercado de trabalho, enquanto 39% acreditam que a idéia é melhorar o nível de ensino nas faculdades.

Na opinião dos entrevistados, quem será beneficiado com essa medida são todos os alunos (23%), toda a sociedade (22%), o mercado empregador (14%), as faculdades e empresas de educação (11%). Para 39%, os prejudicados serão os alunos ruins ou que vieram das estaduais ou faculdades fracas e 30% acham que todos serão prejudicados.

Os que consideram todos os alunos prejudicados alegam que eles serão avaliados por meio de uma única prova e não pelo seu desempenho profissional. "No fundo estão dizendo que esse exame, mais do que avaliar a vida estudantil passada, está carimbando a vida profissional que ele nem começou a ter", diz Eliana de Assis. Aqueles que consideram a prova benéfica, justificam que esse exame vai melhorar o nível do ensino das escolas.

Dos que acham que todo o País será beneficiado, 98% alegam que é porque se disporá de profissionais mais qualificados e especializados. "Isso reforça a idéia de que o exame é mais uma avaliação profissional do que acadêmica", analisa Eliana. "No fundo, eles acham que se trata mesmo de um rótulo profissional."

Pesquisa ouviu 258 estudantes

O InformEstado realizou 258 entrevistas individuais com estudantes do último ano de direito, engenharia, medicina e outros cursos de saúde (enfermagem, odontologia, farmácia) em universidade públicas — Universidade de São Paulo, Universidade Federal de São Paulo (ex-Escola Paulista de Medicina) e particulares (Universidade Mackenzie, Pontificie Universidade Católica, PUC-SP), Universidade Paulista e Faculdades Metropolitanas Unidas. As entrevistas foram feitas nos dias 21, 22 e 23 de março.

